

12 | OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS DO EXTERIOR

As operações foram efetuadas com partes relacionadas (State Street Bank and Trust Company) com taxa de juros e encargos de 3,65% a.a., acrescidos de variação. Os saldos por vencimento estão assim distribuídos:

	Dezembro/2025		
	Até 90 dias	De 90 dias a 1 ano	Total
Obrigações por empréstimos do exterior	715.693	–	715.693

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tais operações geraram despesa de juros e encargos no montante de R\$51.435 e receita de variação monetária do principal no montante de R\$109.571.

13 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital, inteiramente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025, está representado por 681.403.458 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, assim distribuída:

- State Street International Holdings **681.403.457**
- State Street International Holdings Switzerland GmBh **1**

b) Dividendos e juros sobre capital próprio: Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode ser distribuído também na forma de juros sobre o capital próprio. De conformidade com a Lei nº 9.249/1995, a Administração do Banco decidiu em Ata da Reunião da Diretoria Executiva realizada em 31 de dezembro de 2025, pelo provisionamento de juros sobre capital próprio, limitado na forma da legislação vigente, cujo valor em dezembro de 2025 totalizava R\$13.260. Essa operação permitiu a redução da despesa com imposto de renda e contribuição social em R\$3.898.

c) Reserva de capital: Não houve constituição de reservas de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. d) Reserva Legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, limitada a 20% do total do capital social. e) Reservas especiais de lucros - outras: As reservas especiais de lucros correspondem ao saldo do lucro líquido após a constituição da reserva legal, do registro dos dividendos, quando aplicáveis, e da compensação dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Será destinada conforme deliberação da Assembleia Geral, por proposta da Diretoria. Conforme ATA AGO de 22 de abril de 2025, a Administração do Banco decidiu pela distribuição e consequente alocação dos dividendos de R\$6.673 relacionados a juros sobre capital próprio constituído em dezembro de 2024 à conta de Reserva de Lucro Líquido - Outros.

14 | PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração: A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$15.009. Desse montante, R\$9.512 são honorários de diretoria, R\$3.900 são despesas de pessoal, tais como encargos, previdência complementar, participações nos lucros e bônus e R\$1.597 são outras despesas administrativas, tais como assistência médica e odontológica, seguro de vida em grupo, vale-refeição, alimentação, combustível e depreciação de veículos. b) Transações com partes relacionadas:

	Dezembro 2025	
	Ativos/(passivos)	Receitas/(despesas)
Depósitos em moeda estrangeira		
- State Street Bank and Trust Company	5.875	(93.824)
Aplicações em moeda estrangeira		
- State Street Bank and Trust Company	–	1.013
Depósitos a prazo		
- State Street Bank and Trust Company	(407.764)	(50.634)
Obrigações por empréstimos do exterior		
- State Street Bank and Trust Company	(715.693)	58.135
Receita de serviços prestados		
- State Street Bank and Trust Company	–	13.285

Tomas Domingues Truzzi - Diretor Presidente	João Luiz Macedo - Diretor Executivo	Claudia Franceschi Perez - Contadora - CRC 1SP197890/O-2
---	--------------------------------------	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas do **State Street Brasil S.A. - Banco Comercial**. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da State Street Brasil S.A. - Banco Comercial ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase**: Ausência de valores correspondentes: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**: A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo,



15 | DESPESA DE PESSOAL

	Dezembro/2025	
	2º Semestre	Exercício
Salários - proventos	10.867	20.451
Bolsa auxílio - estagiários	88	161
Previdência social	4.215	7.953
Previdência complementar	439	1.785
Fundo de garantia por tempo de serviço	1.414	2.555
Benefícios	3.412	6.445
Outras despesas com pessoal	39	73
Total	20.474	39.423

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui provisão de despesa de pessoal e encargos no montante de R\$10.213. Desse montante, R\$2.816 são provisões de despesas de 13º salário, férias e encargos e R\$7.397 provisões de despesas de bônus e participações nos lucros.

16 | OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As outras despesas administrativas estão assim compostas:

	Dezembro/2025	
	2º Semestre	Exercício
Serviços técnicos especializados	3.479	6.776
Processamento de dados	2.180	4.315
Amortização e depreciação	1.323	2.992
Serviços do sistema financeiro	1.296	2.528
Comunicações	876	1.728
Despesa de serviços de terceiros	655	1.269
Aluguéis	533	1.063
Viagens	171	433
Manutenção e conservação de bens	155	349
Transportes	92	246
Água, energia e gás	78	144
Promoções e relações publicas	74	119
Despesas de seguros	42	88
Publicações	26	54
Outras	450	874
Total	11.430	22.978

17 | ÍNDICE DE SOLVABILIDADE (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

O Banco apura seus limites de patrimônio mínimo dentro dos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021 do CMN e normativos complementares. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2025 é de 309,51%. A tabela abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), cuja alíquota é de 8%:

	Dezembro 2025
	41.841
RWA para risco de crédito	36.430
RWA para risco de mercado	137.030
RWA para risco operacional	215.301
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	17.224
Patrimônio de Referência mínimo para o RWA	709.014
Patrimônio de Referência (PR)	691.790
Excesso de patrimônio em relação ao limite	

18 | SEGUROS

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

19 | GERENCIAMENTOS DE RISCOS

Gerenciamento do risco de mercado: O gerenciamento do risco de mercado do Banco segue as diretrizes globais, juntamente com as normas estabelecidas pela Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN. Conforme esta resolução, o risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do risco de mercado está pautada em política interna, em que se determinam as responsabilidades, estratégias, processos e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. Gerenciamento do risco operacional: O gerenciamento de risco operacional do Banco segue as diretrizes globais, juntamente com as normas estabelecidas pela Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN. Conforme esta resolução, o risco operacional é definido como a possibilidade de perdas que sejam resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, bem como de eventos externos. A estrutura de gerenciamento do risco operacional está pautada em política interna, em que se determinam as responsabilidades, estratégias, processos e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. Gerenciamento do risco de crédito: O Banco está ciente sobre as implicações e regulamentação da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN, a qual diz respeito ao cumprimento das responsabilidades, estratégias e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos de crédito, mediante a supervisão da diretoria executiva do Banco. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito está pautada em política interna, em que se determinam limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração do Banco. Gestão de risco de liquidez: O gerenciamento do risco de liquidez do Banco segue as diretrizes globais, juntamente com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Conforme esta resolução, o risco de liquidez é definido como a possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez está pautada em política interna, em que se determinam as responsabilidades, estratégias, processos e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. Gestão de capital: O Banco, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN, possui estrutura de Gerenciamento de Capital capacitada a executar processos consistentes de avaliação de capital interno, de modo a assegurar que o Banco possua capital suficiente para fazer frente aos riscos que incorre em seus negócios, e a estabelecer metas de capital que sejam proporcionais ao perfil de risco do Banco e ao seu ambiente de controle. O gerenciamento e os controles relacionados ao capital mantido pelo Banco são baseados na identificação e avaliação de riscos relevantes ao capital, na simulação de eventos severos e condições extremas de mercado, em projeções e metas de capital e na formalização de relatórios gerenciais periódicos enviados à diretoria. Para maiores informações relacionadas a gerenciamentos de riscos, que não se encontram nesta nota, visite o site: <http://www.statestreet.com/utility/brazil/legal-disclosure-portuguese.html>.

20 | RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco não teve resultado de operações não recorrentes.

Tomas Domingues Truzzi - Diretor Presidente	João Luiz Macedo - Diretor Executivo	Claudia Franceschi Perez - Contadora - CRC 1SP197890/O-2
---	--------------------------------------	--

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.